

www.idsbrasil.org



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2021





SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
INSTITUCIONAL	6
EQUIPE IDS	7
1 – CLIMA, MEIO AMBIENTE & AMAZÔNIA	8
1.1 Painel Parlamento Socioambiental	9
1.2 Segurança Climática na Constituição	10
1.3 Reforma Tributária Sustentável	11
1.4 Impactos da Reforma Administrativa na gestão ambiental	12
1.5 Rumo à COP 26: avaliação da política climática do Brasil	12
1.6 III Prêmio Congresso em Foco com a categoria Clima & Sustentabilidade	16
1.7 Informação para Assessores Parlamentares	16
1.8 Boletim Radar Clima & Sustentabilidade	17
1.9 JusAmazônia	17
2- SEGURANÇA HÍDRICA	18
2.1 A tarifa de água e esgoto como instrumento para a segurança hídrica	19
2.2 A implementação do novo Marco Legal do Saneamento	21
– o caso do estado de São Paulo	
2.3 Segurança Hídrica em Manaus - AM	22
2.4 Construindo uma nova ética de cuidado com a água	22



3 – ECONOMIA VERDE & INOVAÇÃO	24
3.1 III Chamada de Soluções Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável	25
3.2 Taxonomia verde: quem disse que é economia verde?	27
4 – GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	28
4.1 “Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030” – propostas para o aprimoramento do federalismo brasileiro	29
4.2 Avanços e retrocessos da Agenda 2030 no Brasil: 5ª edição do Relatório Luz	30
5 – FORMAÇÃO & ESPAÇOS DE ATIVISMO	31
5.1 Diálogos intergeracionais no campo socioambiental	32
5.2 Apoio a redes de ação coletiva	34
COMUNICAÇÃO PARA INCIDÊNCIA	35
VOLUNTARIADO E CANAL DE DOAÇÕES	45
RESULTADOS FINANCEIROS	46



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2021 começou de forma muito pessimista. Os acontecimentos envolvendo a covid-19 e suas trágicas manifestações, inicialmente em Manaus, se espalharam por diversas regiões do país, denotando absoluta falta de governabilidade. Felizmente a sociedade civil organizada, muitos governos subnacionais, empresas e meios de comunicação em colaboração concorreram para que a tragédia não tivesse consequências ainda mais nefastas. Quando mal nos recuperávamos dela, uma nova onda surgiu, evidenciando ainda mais o despreparo e a postura negacionista do governo em seu enfrentamento. O vírus dá uma lição para o Brasil e todo o planeta: não existe cura se ela não for para todos, não existe salvação se ela não for global. A ameaça climática é crescente e já afeta a todos irremediavelmente, quanto menos agirmos tomando providências concretas e profundas, mais situações como essa se repetirão e mais paralisados ficaremos diante do inevitável.

Outro fator desestabilizador foi a sanha demonstrada pelo governo no desmonte da legislação ambiental. A boiada tinha urgência em passar, e nem os mais veementes apelos da sociedade foram suficientes para impedir o desmatamento desenfreado, a destruição da biodiversidade e seus biomas, o descaso com as águas, a omissão diante das emissões de gases de efeito estufa e a liberação inconsequente de agrotóxicos envenenando os ecossistemas, os alimentos e a vida. Estamos em meio a uma crise ecológica global e, se nada for feito, o Brasil e os brasileiros pagarão um custo insuportável em um futuro próximo.

Me pergunto: será possível o Brasil seguir seu caminho de modo a consolidar seus processos democráticos, fortalecendo suas instituições, sem que haja sustentabilidade ambiental, econômica e humana? Certamente, não, não será possível.

Muito terá que ser feito, e o fortalecimento das instituições democráticas, da sociedade civil organizada e de critérios ESG de mercado, focados em três grandes pilares – ambiental (enviromental), social (social) e governança corporativa (governance) –, serão absolutamente essenciais para recuperarmos o tempo perdido nesse período de retrocesso.

Temos feito a nossa parte. Integramos a sociedade civil e os movimentos de sustentabilidade que se fortaleceram nessa provação. Restou ao IDS em 2021 resistir, e, mais do que isso, agir ao lado de inúmeros parceiros na tentativa de barrar a boiada e apontar caminhos e reflexões com base em dados e evidências científicas. Estudos que dão conta, desde a organicidade do parlamento para pensar as questões socioambientais, como também articulações movidas pela vontade de que nossa Constituição seja capaz de garantir a segurança climática como um direito humano, pois este é o imperativo ético do nosso século.

Também foi um ano em que a agenda de segurança hídrica amadureceu no IDS em continuidade ao trabalho já realizado ao longo dos anos, apresentando uma nova visão para lidar com a água, como direito humano essencial e tendo como premissa a responsabilidade coletiva. Esse tema, cada dia mais conectado ao desenvolvimento econômico do país, afeta diretamente não só a vida das pessoas, como também a produção de energia elétrica e o fornecimento de água para as atividades industriais. Existe, portanto, um novo caminho para o cuidado com a água, este recurso natural finito, um bem comum, vital e insubstituível, que jamais poderá servir à lógica do mercado.



É preciso investir em preservar nossos mananciais e fontes de água, e a tarifa de saneamento é um caminho. O MapBiomás Água, um dos parceiros do IDS, lançou em agosto de 2021 um estudo trazendo dados que demonstram a diminuição da superfície de água no Brasil em oito das 12 regiões hidrográficas, em todos os biomas do Brasil, e alerta para a relação do desmatamento com a crise hídrica. A redução de água doce no país entre 1991 e 2020 foi de 15%.

A nossa preocupação com o futuro das próximas gerações fez com que iniciássemos encontros de diálogo intergeracionais com as lideranças jovens que estão conquistando o seu espaço e exigindo ser ouvidas, uma vez que a elas restarão as consequências da inação e da inexistência de políticas públicas para lidar com os desafios climáticos de nosso tempo. Esses são espaços de formação e ativismo, unindo a experiência de ambientalistas que já caminham por esta dura estrada por anos, com aqueles que possuem a determinação, a vontade e o vigor para pensar, agir e construir o Bem Viver daqui pra frente.

E sem que haja participação social, os processos democráticos não se consolidarão. Uma reflexão séria sobre o nosso Pacto Federativo se faz urgente. O IDS entende que é fundamental essa discussão e trabalha para ampliar os meios e as condições de desenvolvimento local, com autonomia municipal e cooperação interfederativa, colaborando com propostas para um novo federalismo brasileiro. As propostas construídas pelo IDS e seus parceiros serão lançadas em 2022 e estão entre as mais avançadas desde a Constituinte de 1988.

A CRISE CLIMÁTICA NÃO COMEÇA EM 2030.

Já estamos dentro dela. Secas prolongadas já comprometem as safras de alimentos dos pequenos produtores rurais cada dia mais ameaçados pela expansão do agronegócio voltado à produção de commodities para suprir carências internacionais, gerando divisas, mas não riquezas. Vemos também eventos climáticos extremos trazendo um sofrimento sem fim às populações assoladas pelas enchentes e deslizamentos recentes. Ao mesmo tempo que expressamos o nosso profundo pesar, vemos em tudo isso sinais de que **a forma tradicional de organização da sociedade, do mercado, da economia, o conjunto de valores que nos move e a ética que nos conduz já não mais funcionam. É necessária uma total mudança de rota.** Percebo que ela já está em curso e, apesar de absurdos retrocessos, como a guerra da Ucrânia, dentre outros, uma nova fase da humanidade mostra a sua face e sua força.

E como disse Galileu Galilei (1564-1642) perante o descrédito de todos em relação à sua teoria heliocêntrica: *"no entanto, tudo se move"*. Há esperanças, portanto. Já está em curso o começo de uma nova fase da humanidade.

Estamos no centro do debate sobre sustentabilidade e democracia e temos muito a dizer. O IDS tem contribuído com entusiasmo e determinação nesta agenda pois, nesta disputa de cosmovisão planetária para construir e habitar o novo tempo, ou nos salvamos todos, ou ninguém se salvará.

Por Ricardo Young – Presidente do IDS



O Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS é uma organização da sociedade civil, plural e apartidária, que nasceu com um grupo de lideranças políticas, empresariais, acadêmicas e sociais que tinham o desejo de fazer convergir e potencializar ideias e propostas que pudessem contribuir para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida na sociedade contemporânea.

Dessa forma, o propósito da organização é estimular reflexões e propor ações que tenham como foco a convergência desses dois valores, visando o desenvolvimento do país. Há 13 anos, o IDS atua como *think tank* socioambiental por meio da produção de conhecimento e da contribuição para o aprimoramento das políticas públicas no Brasil.

EM 2021

O ano que passou foi marcado pelo amadurecimento do IDS como uma organização socioambiental que atua em torno das agendas de Clima, Meio Ambiente & Amazônia, Economia Verde & Inovação, Governança Democrática, Segurança Hídrica e Formação & Ativismo, trabalhando em rede para convergir democracia e sustentabilidade. Buscamos abrir espaço para a construção de um projeto de país baseado no desenvolvimento sustentável.

Como marco desse movimento, em 2021 o IDS lançou sua Biblioteca Virtual no novo site institucional [IDSBRASIL.org](https://idsbrasil.org), com o acervo digital de tudo que produziu ao longo da sua trajetória. São artigos, propostas, relatórios, estudos, seminários, notícias e entrevistas ao alcance de um clique, rápido e acessível.

O IDS também melhorou processos de gestão interna e criou um canal de Ouvidoria, para receber sugestões e reclamações com transparência e privacidade do público interno e externo. Confira agora as ações de cada agenda temática nesse intenso e importante ano.



CONSELHO DIRETOR

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto
Alexandra Reschke
Altair Assumpção
João Paulo R. Capobianco (Vice-Presidente)
Ricardo Young Silva (Presidente)
Roberto Isao Kishinami (até abril/2021)
Suzana Machado Pádua (até abril/2021)

CONSELHO FISCAL

Paulo Afonso Garcia
Paulo Cesar Werneck

EQUIPE EXECUTIVA

COORDENADORA EXECUTIVA

Carolina Riberti Mattar
Guilherme Barbosa Checco (*de maio a setembro/2021*)

COORDENADOR DE PESQUISA

Guilherme Barbosa Checco

CONSULTOR DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

André Lima

COORDENADOR FINANCEIRO

Arnaldo Augusto de Oliveira Filho
Letícia Geraldino Campos (*de janeiro a agosto/2021*)
Eduardo Borges (*de setembro a outubro/2021*)

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Aline Souza

ASSESSORES DE ADVOCACY

Mateus Braga Fernandes
Marcela Moraes

ASSESSOR JURÍDICO

Ivens Drumond

ANALISTA DE PESQUISAS E PROJETOS

Djonathan Gomes Ribeiro

ASSISTENTE DE PESQUISAS E PROJETOS

Eduardo Couto

PESQUISADORA EM SEGURANÇA HÍDRICA

Mariana Carriles (*de maio a novembro/2021*)

ASSISTENTE DE MARKETING

Ywanna Cerqueira Moreira
Augusto César Mau Vieira (*de janeiro a maio/2021*)

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA

Elisabete Fernandes

ASSOCIADOS

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto
Alexandra Reschke
Alexandre de Almeida Yousef
Altair Cleto de Melo Assumpção
Alvaro Antonio Cardoso de Souza
Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
André Rodolfo de Lima
Andrea Aguiar Azevedo
Bazileu Alves Margarido Neto
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Antonio Rocha Vicente
Eduardo Giannetti da Fonseca
Eduardo Rombauer van den Bosch
Eduardo Viveiros de Castro
Gabriela Barbosa Batista
Gilberto Câmara
Gisela Maria Moreau
Guilherme Peirão Leal
Ivaneide Bandeira Cardozo
Jane Maria Villas Bôas
João Paulo Ribeiro Capobianco
Jorge Luiz Numa Abrahão
José Adalberto O. Veríssimo
Juliana Cassano Cibim
Luana Maia Oliveira
Marcelo de Camargo Furtado
Márcio José Brando Santilli
Maria Alice Setubal
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
Mariana de Oliveira Gianiki
Maristela Bezerra Bernardo
Marussia Whately
Muriel Saragoussi
Oded Grajew
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
Pedro Ivo de Souza Batista
Pedro Ribeiro Telles
Pedro Wilson Leitão Filho
Rachel Biderman Furriela
Raimundo Sergio Barros Leitão
Ricardo Cavaliere Guimarães
Ricardo Young Silva
Roberto Isao Kishinami
Samyr Cury
Suzana Machado Pádua
Tasso Azevedo

Em memória:

Alfredo Helio Sirkis
José Rubens Pereira Gomes

CLIMA, MEIO AMBIENTE & AMAZÔNIA

A crise climática é o maior desafio para o futuro da humanidade e, certamente, o mais abrangente. O IDS tem trabalhado incansavelmente para monitorar e dar visibilidade a agendas críticas para o Clima e a Sustentabilidade em tramitação no Congresso Nacional. Com parceiros e redes da sociedade civil organizada, incidimos online para frear os retrocessos nas conquistas e nos direitos socioambientais e agimos para fornecer informação de qualidade para o debate, a valorização de boas práticas e a criação de novas proposições.

1

1.1 PAINEL PARLAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Em abril de 2021, o IDS lançou o Painel Parlamento Socioambiental com um panorama da atuação de senadores e deputados brasileiros na legislação socioambiental do Brasil entre 2019 e 2020. O estudo foi realizado em parceria com organizações que integram o Grupo de Trabalho Socioambiental da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) e o GT Político do Observatório do Clima (OC) e usando dados do Torabit e do Parlametria, ferramentas de inteligência política. São dados sobre qual é a posição política dos parlamentares, sobre a pauta ambiental refletida em suas votações, propostas legislativas apresentadas, sobre as movimentações dos parlamentares nas redes sociais, além dos resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo IDS com o apoio do Congresso em Foco sobre sua opinião em matérias legislativas relevantes para o clima e meio ambiente. O objetivo é captar tendências e apontar caminhos para uma incidência política mais efetiva nos próximos anos. Os resultados foram debatidos em uma *live* [transmitida pelo portal Congresso em Foco.](#)



Ao todo, mais de 400 pessoas acessaram os quatro relatórios lançados e disponíveis na página:

<https://parlamentosocioambiental.org>

Para saber mais acesse:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/ids-lanca-painel-parlamento-socioambiental-com-dados-sobre-atuacao-do-parlamento-nas-redes-para-temas-ambientais>

1.2 SEGURANÇA CLIMÁTICA NA CONSTITUIÇÃO

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, lançamos a campanha **A Lei Mais Urgente do Mundo** – pintando um clima na Constituição, em conjunto com mais de 30 instituições. O objetivo da campanha é tornar a **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Climática** uma realidade. A segurança climática é um direito fundamental de todas as pessoas. Ela deve orientar decisões e políticas públicas e privadas de incentivos econômicos, de controle e fiscalização. Desse modo, a segurança climática deve ser um objetivo fundamental do desenvolvimento no Brasil e, portanto, um dever do poder público ao adotar ações de mitigação à mudança climática e adaptação a seus efeitos adversos.

Atingimos a meta de conquistar 171 assinaturas, e assim surgiu a PEC 37/2021, de autoria do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, em coautoria com outros 16 deputados federais. A PEC foi protocolada em outubro, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 26, e agora precisa ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, em seguida, no plenário da Câmara. Acesse o site da campanha:

aleimaisurgentedomundo.org.br.

Saiba mais sobre esta ação:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/dia-mundial-do-meio-ambiente-pintando-um-clima-na-constituicao-federal-brasileira/>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/voce-pode-fazer-algo-em-relacao-a-crise-climatica>

GRANDES NÚMEROS:



171

assinaturas de parlamentares

– meta alcançada em 28/10/21.



12.652

assinaturas na petição do site até 01/02/22.



77 mil

usuários alcançados de forma orgânica até 01/02/22.



6
milhões

de usuários alcançados por mídia paga até 01/02/22.



10 vezes

mais visitantes ao site em 01/02/22.



49 mil visitantes no site

#AleiMaisUrgenteDoMundo

em 2021.





O tema da segurança climática também pautou a participação do IDS na **Conferência Brasileira de Mudança do Clima (CBMC) 2021**, com a correalização de três painéis em setembro, contando com a participação de vários especialistas. Os temas dos painéis foram: “A lei maior e mais urgente do mundo: Segurança Climática na Constituição já”; “A segurança climática como direito de crianças e adolescentes de ter futuro no presente” e “Litigância Climática: iniciativas do sistema de justiça e sociedade civil”. A Conferência reuniu organizações não governamentais, movimentos sociais, povos tradicionais, governos, comunidade científica e os setores público e privado para debater o compromisso do Brasil com a Agenda 2030 e com as ações da nossa NDC para o cumprimento do Acordo de Paris. [Clica aqui e saiba mais:](https://www.idsbrasil.org/noticias/comecou-a-conferencia-brasileira-de-mudanca-do-clima-2021)

<https://www.idsbrasil.org/noticias/comecou-a-conferencia-brasileira-de-mudanca-do-clima-2021>

1.3 REFORMA TRIBUTÁRIA SUSTENTÁVEL

Dando continuidade à campanha **“Está Faltando Verde na Reforma Tributária”**, de 2020, que apresentou nove propostas para uma tributação mais verde e sustentável no Brasil, o IDS participou de um seminário para debater o tema a convite da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Como resultado, tivemos a incorporação de três propostas no relatório da Reforma Tributária, que esse ano passou a ter como foco a aprovação da PEC 110/2019 na CCJ do Senado. O novo parecer do Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) incorporou os seguintes pontos:

- i) **inclusão do princípio de conservação do meio ambiente no regime tributário;**
- ii) **a possibilidade de alocação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional para a conservação do meio ambiente; e**
- iii) **a possibilidade de incidência do Imposto Seletivo sobre o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, citado expressamente como fato gerador do tributo. Confira:**

<https://www.idsbrasil.org/noticias/ids-participa-de-seminario-da-comissao-de-meio-ambiente-para-debater-ref-tributaria>

1.4 IMPACTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA NA GESTÃO AMBIENTAL

IDS, em parceria com a RAC e o Laboratório de Política e Sustentabilidade (PolisS) do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB (Universidade de Brasília), realizaram uma pesquisa sobre os efeitos das propostas de reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional na gestão ambiental. A pesquisa concluiu que a gestão ambiental brasileira enfrenta três problemas principais: extrema escassez de recursos humanos nos órgãos centrais do setor, falta de recursos financeiros e baixa autonomia dos especialistas em meio ambiente. Existe grave déficit de servidores para realizar a gestão ambiental. Sem se preocupar com a qualidade da prestação do serviço público na área ambiental, os impactos da Reforma Administrativa serão especialmente graves para o Clima e o Meio Ambiente.

Acesse:
<https://www.idsbrasil.org/noticias/impactos-da-reforma-administrativa-na-gestao-ambiental>

1.5 RUMO À COP 26: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO BRASIL

O Senado Federal, em agosto, iniciou uma série de debates sobre a efetividade das políticas de controle e prevenção dos desmatamentos e queimadas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal na **Comissão de Meio Ambiente (CMA)**. Trata-se de um instrumento de fiscalização e controle do legislativo sobre o executivo. O requerimento de avaliação dessa política foi feito pela senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), com apoio do IDS e de organizações da RAC (Rede de Advocacy Colaborativo) e do Observatório do Clima (OC).

Dando sequência a esta avaliação pelo legislativo sobre a agenda da Política de Clima do Brasil, o IDS propôs audiência pública que debateu a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira. A audiência contou com participação do Coordenador Geral do MapBiomias, Tasso Azevedo, da diretora-executiva da RAPS - Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, Mônica Sodré, e o vice-presidente do IDS, João Paulo Capobianco. O evento foi realizado pela **CTFC – Comissão de Transparência, Governança, Fiscaliza o e Controle e Defesa do Consumidor**, com requerimento do Senador Reguffe (PODEMOS/DF).

Em outubro, a mensagem marcante durante todos os eventos realizados para analisar a política de clima foi: para combater o desmatamento é preciso uma a o efetiva do Estado. Isso ficou nítido principalmente na última audiência pública

na **Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Senado**. Na ocasião foi comprovada a omissão do Governo Federal no controle de queimadas e desmatamento. Às vésperas do evento mais importante do século, a Câmara dos Deputados definiu no final de outubro a contribuição oficial do país para compor a Comissão Geral da 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 26.

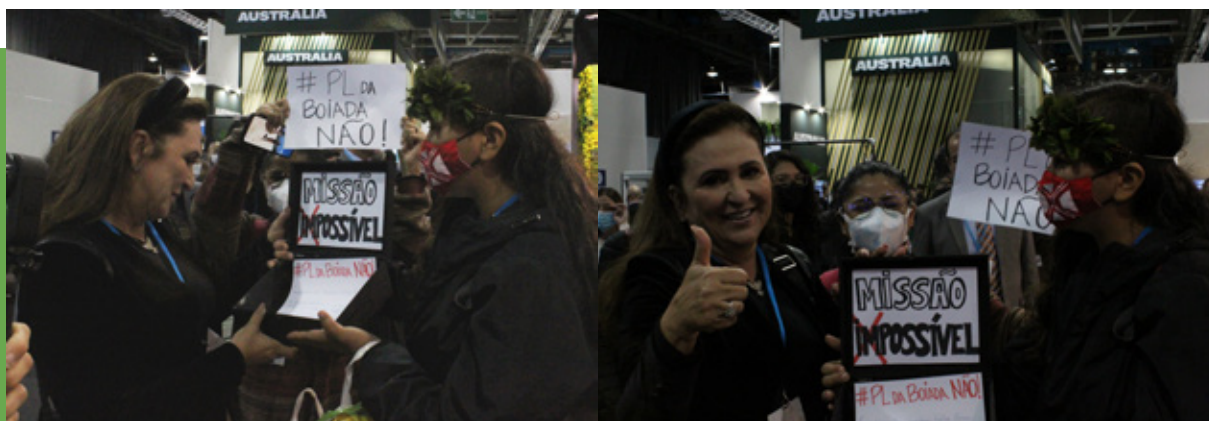
Ao final desses encontros, um documento com propostas foi elaborado e apresentado durante o evento, que aconteceu em novembro, em Glasgow, na Escócia. Essa contribuição oficial contou com a participação do IDS no encontro da Comissão Geral da Câmara dos Deputados para debater e propor ações para o governo brasileiro apresentar na Conferência, sendo a principal delas a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado em 2004. O IDS vem articulando várias ações no âmbito da política climática do Brasil, e este é um reconhecimento importante de nossa atuação na tentativa de barrar o retrocesso que tem sido praticado nos dois últimos anos e de estabelecer diretrizes urgentes de retomada do crescimento sustentável da economia com base em dados e informações científicas.

O relatório crítico aprovado no Senado foi lido pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), relatora do processo de avaliação, como forma de apresentar evidências que concluíram: **o Brasil desenvolveu um esforço para reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado em anos anteriores, mas entre 2019 e 2021 ocorreu uma descontinuidade dessas ações**. Esse relatório foi elaborado com base em todas as cinco audiências públicas citadas anteriormente, realizadas entre os meses de agosto e outubro, articuladas pelo IDS e pelas outras organizações. Dessa forma, a nossa contribuição foi colaborar para que o governo de Jair Bolsonaro não fosse a única voz oficial no evento global para tratar a crise climática, entregando uma análise sólida da política de clima atual. A transmissão ao vivo do debate **“Avaliação da Política Brasileira sobre Mudança do Clima, Desmatamento e Queimadas e propostas de avanço no Congresso Nacional”** aconteceu diretamente de Glasgow, em evento oficial do Brazil Climate Action HUB, para os canais do Congresso em Foco e da TV Senado.

Como consequência positiva desse Relatório, tivemos a aprovação, no Senado, do **PL Brasil Carbono Neutro 2050 (PL 6.539 de 2020)**, idealizado e articulado pelo IDS com outros parceiros do Observatório do Clima e da Rede de Advocacy Colaborativo – RAC no âmbito da avaliação da política nacional de clima realizada em 2019, também por proposição do IDS. O PL atualiza a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei 12.187, de 2009, adaptando essa política ao Acordo de Paris e aos novos desafios relativos à mudança do clima.

ENA COP 26

Lideranças indígenas juvenis entregaram para a senadora Kátia Abreu a “Missão (im) Possível” de barrar o Projeto de Lei 2.159/2021, do qual ela é relatora, que não teve diálogo com a sociedade civil e que cientistas consideram ser um extremo retrocesso. O projeto é conhecido como o “PL da Boiada” ou o “pai de todas as boiadas”. Na prática, se for aprovado, vai acabar com o principal instrumento de proteção ambiental da sociedade brasileira: o licenciamento ambiental.



Leia mais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/senado-federal-debate-desmatamento>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/ids-participa-de-audiencia-publica-sobre-desmatamento>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/para-combater-o-desmatamento-e-preciso-acao-do-estado>



<https://www.idsbrasil.org/noticias/cop-26-qual-sera-a-contribuicao-do-brasil/>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/senadores-levarao-a-cop26-relatorio-sobre-o-desmonte-da-politica-ambiental-do-brasil>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/politica-de-clima-do-brasil-e-tema-de-debate-na-cop-26/>

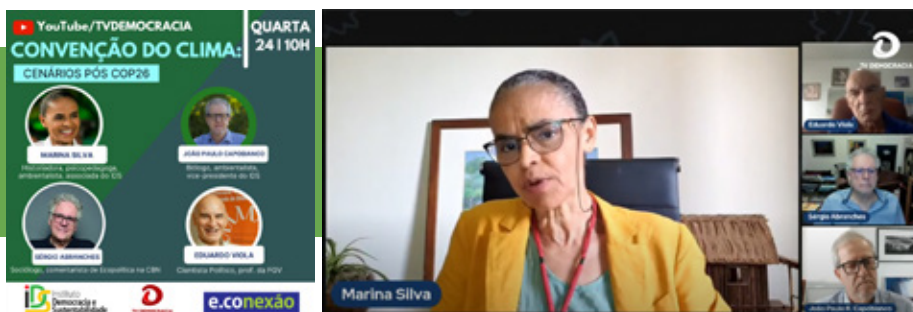
<https://www.idsbrasil.org/noticias/katia-abreu-ganha-caixa-preta-na-cop26/>

DEPOIS DA COP 26

Em parceria com a **TV Democracia e o programa E.Conexão** do YouTube, no final de novembro o IDS realizou mais um debate para refletir sobre a política de clima e os cenários possíveis a partir dos acordos firmados. Dentre os especialistas convidados, estiveram presentes Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente; Eduardo Viola, cientista político e professor da FGV; e o vice-presidente do IDS, João Paulo Capobianco. O debate explorou algumas dificuldades para o avanço da agenda climática e suas relações com a conjuntura geopolítica, bem como reconheceu alguns avanços registrados em acordos “paralelos” à agenda oficial da UNFCCC, como o acordo para eliminar o uso de carvão e o acordo para reduzir as emissões de metano em 30% até 2030. Os especialistas também avaliaram como negativa a posição oficial do Brasil nesse fórum e deram destaque para o movimento de governos subnacionais brasileiros almejando maior protagonismo na agenda climática.

Leia mais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/convencao-do-clima-cenarios-pos-cop26/>



Em dezembro foi anunciada pelo deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP) a assinatura do **Projeto de Lei 4450/2021 – PL Sinal VERMELHO ao Desmatamento Ilegal**. A proposta tem como autores os 10 deputados e deputadas mais bem posicionados no Prêmio Parlamentares pelo Clima e Sustentabilidade de 2021 e foi fruto de análises que vêm sendo desenvolvidas pelo IDS com o Programa MapBiomass desde fevereiro de 2021. Essas análises constataram a necessidade de cancelamento e suspensão do registro de Cadastro Ambiental Rural de imóveis com desmatamento ilegal. O IDS também apoiou a **Frente Parlamentar Ambientalista** em mais de 40 eventos virtuais.

Acesse:

https://www.idsbrasil.org/boletim_radar/boletim-radar-dezembro-2021-sinal-vermelho-para-o-desmatamento-ilegal

1.6 III PRÊMIO CONGRESSO EM FOCO COM A CATEGORIA CLIMA & SUSTENTABILIDADE

Anualmente, o portal Congresso em Foco premia os parlamentares que mais se destacaram em sua atuação dentro das categorias Melhores na Câmara, Melhores no Senado, Mulheres na Política (categoria inédita), Defesa da Educação e Clima e Sustentabilidade – categoria patrocinada pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que já está em sua terceira edição. Além do júri popular, com quase 2 milhões de votos, também definiram os vencedores em 2021 jornalistas e um júri especializado, do qual participou nosso vice-presidente, João Paulo Capobianco. O Prêmio Congresso em Foco busca estimular a cidadania e fortalecer a democracia. Leia mais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/premio-congresso-em-foco-destaca-os-melhores-congressistas-do-ano>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/premio-congresso-em-foco-vem-ai/>

1.7 INFORMAÇÃO PARA ASSESSORES PARLAMENTARES

O IDS, ao longo de 2021, realizou seis sessões de treinamentos em parceria com o CEFOR - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, com o objetivo de informar e dar subsídios para a tomada de decisão em matérias socioambientais a assessores parlamentares, convidando especialistas e cientistas para aprofundarem dados da realidade brasileira sobre temas como licenciamento ambiental, regularização fundiária, mudanças climáticas e o painel do IPCC, desmatamento e queimadas nos biomas brasileiros, entre outros. nas mudanças do clima.

As sessões de formação realizadas foram:



OFICINA 1
18/03

**Regularização
Fundiária**

<https://youtu.be/rrJIU32Y5zQ>



OFICINA 2
25/03

**Licenciamento
Ambiental**

<https://youtu.be/JiHMQklqKl4>



OFICINA 3
29/04

Reforma ADM

https://youtu.be/qM_9js1Y4rg



OFICINA 4
06/05

Lei do Mar

<https://youtu.be/jOiulJpOAw0>



OFICINA 5
07/10

**6º relatório
IPCC**

<https://youtu.be/UyP2rnlU9fk>



OFICINA 6
14/10

**Queimadas
e Clima**

<https://youtu.be/qqvDObosomeo>

1.8 BOLETIM RADAR CLIMA & SUSTENTABILIDADE

O Boletim Radar é o nosso principal canal de informação sobre o que acontece em Brasília - DF. Por meio dele, atualizamos nosso público sobre as principais movimentações dos parlamentares nos temas socioambientais da agenda legislativa, um registro vivo do avanço da legislação socioambiental no Congresso Nacional. Ao longo do ano de 2021, foram 14 boletins com os temas Licenciamento Ambiental, 6º relatório do IPCC, PL Brasil Carbono Neutro 2050, a saída de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente, impactos do desmatamento e queimadas, Projeto de Lei "Sinal vermelho para o Desmatamento Ilegal", Reforma Tributária Sustentável, ações com a Frente Parlamentar Ambientalista, PEC da Segurança Climática, COP 26 e muitos outros. No total, os vídeos alcançaram 174 mil pessoas no ano de 2021. Acesse a página do Boletim:

https://www.idsbrasil.org/boletim_radar



1.9 JUSAMAZÔNIA

O projeto JusAmazônia está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON e vem levantando e avaliando a efetividade e eficácia de mais de 10 mil ações civis públicas de responsabilização dos infratores contra os desmatamentos ilegais na Amazônia. Em 2022 será lançado um Portal (JusAmazônia) que vai oferecer a todos os operadores do Direito/Advocacia Ambiental informações e análises sobre os impactos do judiciário na proteção da Amazônia.

SEGURANÇA HÍDRICA

A água é o melhor exemplo da indissociabilidade entre os valores da democracia e da sustentabilidade. Ela é um bem público e, ao mesmo tempo, um recurso natural finito, portanto necessita das melhores práticas na sua gestão; do contrário, impactos negativos serão sentidos pelas atuais e futuras gerações. Com essa visão, o IDS já atua há anos promovendo a agenda de segurança hídrica, integrando suas múltiplas dimensões e buscando integrar as diferentes políticas setoriais que influenciam em sua gestão e na universalização do saneamento básico.

2

2.1 A TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO COMO INSTRUMENTO PARA A SEGURANÇA HÍDRICA

A tarifa de saneamento é responsável por cerca de 80% dos investimentos feitos nessa área no Brasil, segundo os dados oficiais do governo federal, e pode ser um instrumento fundamental para a segurança hídrica.

Há anos o IDS vem se aprofundado nessa agenda, tendo atuado em diferentes revisões tarifárias e debates sobre o assunto no Brasil. A partir desse movimento, o IDS lançou, em 2020, um conjunto de recomendações para a tarifa de água e esgoto da Sabesp, incluindo questões como acessibilidade financeira aos serviços de saneamento para a garantia desse direito humano, incentivos à eficiência dos prestadores, combate a desperdícios e perdas, entre outras.

E, após anos de diálogo e atuação em São Paulo, o resultado da terceira revisão tarifária da Sabesp, conduzida em 2021 pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), foi a indicação da estruturação de uma estratégia de proteção dos mananciais, a se viabilizar a partir da tarifa, com recursos financeiros adequados, perenes e com previsibilidade. Foi a primeira vez que a revisão da tarifa indicou o caminho desse programa apoiado na regulação, o que significa que a Sabesp terá incentivos e condições de realizar investimentos estruturantes nessas áreas tão importantes e sensíveis para a segurança hídrica.

Leia mais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/nova-tarifa-sabesp-e-divulgada-com-indicacao-positiva-para-criacao-de-um-programa-de-mananciais/>

Foi com o objetivo de colaborar com esse processo e fornecer insumos para a estruturação desse **Programa de Proteção dos Mananciais em São Paulo** que o IDS e a The Nature Conservancy Brasil (TNC) trabalharam em parceria, tendo o apoio do programa Partnerships for Forests (P4F), financiado pelo governo do Reino Unido.

Com um incremento da ordem de **1,6%** na tarifa média da Sabesp, seria possível viabilizar **R\$ 1,048** bilhão de investimentos nas áreas de mananciais ao longo de quatro anos, voltados para a conservação e a restauração da cobertura vegetal e incentivos aos produtores rurais para a transição para uma agricultura de baixo carbono.

A iniciativa permitiu o desenvolvimento de pesquisas detalhadas sobre modelos nacionais e internacionais de referência, aprofundou questões legais, como competências de determinados atores e limites de instrumentos de políticas públicas, projetou cenários econômicos envolvendo custos, impacto na tarifa e impacto nos usuários, entre outros aspectos. Todos os materiais foram disponibilizados no **HUB Saneamento e Segurança Hídrica**, relançado no [Dia Mundial da Água](#), no mês de março, e remodelado especificamente para reunir o conhecimento produzido no marco desta iniciativa. A plataforma reúne relatórios, vídeos, infográficos e cartilhas que trazem o resumo das principais propostas de **“Mecanismos financeiros inovadores para proteção de mananciais junto ao setor de saneamento por meio da tarifa de água”**.



O projeto também buscou mapear e mobilizar alguns atores estratégicos, reconhecendo inclusive o papel da imprensa para a formação da opinião pública e a conscientização da população sobre o urgente cuidado com a água. Em 2021, realizamos dois workshops com jornalistas e especialistas, que repercutiram em 132 publicações sobre o tema em veículos da imprensa corporativa no período de março a junho de 2021, envolvendo canais digitais e impressos. Os principais veículos que noticiaram as pautas foram Valor Econômico, Estado de São Paulo, Portal R7, Correio Braziliense, TV Senado, Portal UOL e sites especializados.



Para jogar luz a esse tema, criamos a campanha digital **“Juntos podemos cuidar de nossos mananciais”**, que teve, de outubro a dezembro, mais de 4 milhões de impressões nas redes sociais do IDS, alcançando mais de 1,6 milhão de pessoas e cumprindo o papel de levar mais informações à sociedade, ao poder público e às empresas sobre as alternativas e soluções para garantir segurança hídrica para toda a população.



Acesse o HUB e conheça os materiais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/a-agua-e-o-nosso-futuro>

<https://segurancahidrica.idsbrasil.org/saneamento-e-seguranca-hidrica>

Para saber mais, leia também:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/ids-e-tnc-lancam-plataforma-digital-sobre-mananciais-e-tarifa-de-agua-e-esgoto>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/seguranca-hidrica-ids-lanca-novos-conteudos-para-cuidar-dos-mananciais>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/conta-de-agua-pode-evitar-a-crise-hidrica>

2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO O CASO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em 2020 foi promulgado o novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal No. 14.026/20) com o objetivo de organizar esse setor no Brasil. Entre as suas determinações está a competência dos estados organizarem seus territórios para que essa política pública seja estruturada e, conseqüentemente, oriente também a prestação dos serviços. A premissa adotada pelos legisladores, que justifica essa necessidade de agrupar os municípios, é a necessidade de viabilizar condições técnicas e econômicas para a prestação do serviço.

Diante desse cenário, o governo de São Paulo apresentou em junho de 2021 o Projeto de Lei 251/2021 (aprovado a partir da Lei No. 17.383 de 7 de julho de 2021) que “dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico”. E, tendo em vista a importância desse arranjo para todas as demais etapas da política de saneamento, o IDS e o **Instituto Água e Saneamento (IAS)** estudaram o PL e apresentaram a **Nota Técnica “Desafios e riscos da implementação do Marco Legal do Saneamento no estado de São Paulo: análise do PL 251/2021”**.

Para além da forma como o governo paulista conduziu o processo e da fragilidade das justificativas técnicas apresentadas, avaliamos que o PL traz insegurança jurídica, com potencial conflito com outras leis, por exemplo, o Estatuto

Metrópole, e não contribui de fato para a universalização do saneamento básico em São Paulo. Baseado no cálculo de desempenho financeiro dos municípios, agrupando todos os municípios operados pela Sabesp em uma mesma unidade regional, e na criação de quatro Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE), o PL desconsiderou outros arranjos territoriais e a importância das bacias hidrográficas.

O monitoramento da implementação do novo marco legal do saneamento em São Paulo e no Brasil demandará grande atenção, sendo a regionalização só o primeiro passo. Outras etapas fundamentais dessa política, entre elas a estruturação de modelos de governança compartilhada, o novo papel da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) – que agora passa a ter a competência de definir diretrizes nacionais para a regulação do serviço –, os novos planejamentos regionais e os processos de licitação e concessão e o estímulo à entrada do capital privado deverão ser observadas.

Leia mais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/pl-251-2021-pode-redefinir-os-rumos-das-politicas-de-saneamento-basico-em-sao-paulo>

2.3 SEGURANÇA HÍDRICA EM MANAUS/AM

Em 2021, também levamos a prioridade da segurança hídrica para o norte do país. Em apoio ao **WWF-Brasil (World Wide Fund for Nature - Brasil)**, o Instituto desenhou ações prioritárias para a universalização do saneamento em Manaus e a melhoria da gestão sustentável da água nesse território.

Superar os problemas dessa realidade manauara é um desafio grande, uma vez que somente 31% do esgoto do município é coletado, as perdas na distribuição de água são da ordem de 72%, e 52% dos domicílios estão localizados em áreas de habitação subnormal (favelas, palafitas, etc.). Diante desse cenário, o IDS propôs 13 ações prioritárias para mudar o paradigma das águas em Manaus, considerando desde a regulação do serviço e a criação de incentivos para investimentos em melhorias de eficiência, até a articulação e o engajamento dos comitês de bacias.

A partir dessas recomendações, esperamos avançar na implementação das ações em articulação com a empresa prestadora do serviço, a agência reguladora, a prefeitura de Manaus, o governo do estado do Amazonas e atores locais.

2.4 CONSTRUINDO UMA NOVA ÉTICA DE CUIDADO COM A ÁGUA

A agenda de segurança hídrica do IDS trabalha com a premissa de reconhecer o acesso à água potável e ao serviço de esgotamento sanitário como dois direitos humanos fundamentais. Tendo em vista sua relevância para a vida e o fato de que esse é um dos principais riscos à humanidade, é necessário eleger essa agenda como prioridade. Trabalhamos junto a parceiros e redes da sociedade civil para maior convergência destes temas e a construção de soluções.



Com o Instituto Água e Saneamento (IAS), participamos mais uma vez da semana de celebração do Dia Mundial do Banheiro, contribuindo com a mesa “Luta por Direitos no contexto de desmonte e retrocessos políticos e socioeconômicos”, fazendo uma avaliação do cenário brasileiro em termos de acesso ao saneamento e os desafios para garantir uma universalização adequada e realmente inclusiva desse serviço até 2033.

Leia mais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/saneamento-em-tempos-de-criSES>

Ainda, participamos, em 2021, com a Frente Parlamentar Ambientalista pela Defesa das Águas e do Saneamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, do seminário A água que me falta, explorando as ações necessárias para que a nossa sociedade enfrente o cenário dos extremos climáticos, protegendo as áreas produtoras de águas. O IDS tem contribuído com as articulações da Frente Parlamentar, reconhecendo a importância dos espaços institucionais de formulação de políticas públicas para ampliação do debate e aprimoramento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Leia mais

<https://www.idsbrasil.org/noticias/a-agua-que-me-falta>

Em julho de 2021, o Instituto participou de outra articulação que merece destaque, um seminário organizado pelo Centro Brasil no Clima (CBC), com o fórum de Governadores pelo Clima, uma iniciativa de lideranças e atores subnacionais para implementar ações objetivas em termos de mitigação e adaptação climática no âmbito dos estados. O IDS contribuiu para discutir as conexões entre mudanças climáticas e segurança hídrica, apontando um conjunto de ações possíveis que os estados podem liderar para proteger os mananciais, viabilizar investimentos em seus territórios, garantir água para usos múltiplos e formatar uma estratégia de desenvolvimento local sustentável.

Finalmente, ampliando os interlocutores do IDS nesta agenda, tivemos a honra de participar em uma iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB/SP). A partir de suas Comissões de Meio Ambiente e da Advocacia na Mediação e na Conciliação, a OAB/SP convidou o Instituto para participar do seminário “Desafios da proteção dos mananciais e construção de consenso”. A contribuição do IDS para o debate foi detalhada em um artigo que agora integra a publicação da OAB/SP: “Ensaio para a construção de consenso na ocupação de áreas de proteção de mananciais na região metropolitana de São Paulo”.

Saiba como foi o Seminário:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/desafios-da-protECAo-dos-mananciais-e-construcao-de-consenso>

Conheça o ensaio elaborado em parceria OAB/IDS:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/ensaio-sobre-ocupacao-das-areas-de-mananciais-tem-participacao-do-ids>

ECONOMIA VERDE & INOVAÇÃO

Diversos países e empresas estão acelerando seus planos de descarbonização, cientes de que a emergência climática é um imperativo ao qual todos teremos que nos adaptar. A iniciativa de uma grande recuperação econômica verde está em andamento nesse momento, e o Brasil não pode ficar para trás. A nova economia, a economia do cuidado, circular e regenerativa, é a única capaz de produzir prosperidade. Temos trabalhado por uma reforma tributária sustentável, pela revisão de distribuição dos recursos públicos entre entes federados, pelo aprimoramento dos instrumentos econômicos para o investimento na universalização do saneamento e no cuidado das áreas produtoras de água, e atuamos para dar visibilidade a soluções que geram impacto socioambiental positivo e ao mesmo tempo contribuem para o crescimento econômico, a inclusão social e o desenvolvimento local. A iniciativa privada e o poder público têm ambos papéis e decisões importantíssimos a cumprir para uma completa transição e inovação nos modos de produção e consumo da sociedade.

3

3.1

III CHAMADA DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O lançamento da III edição de chamada pública para projetos inovadores que contribuem com a implementação dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) no Brasil aconteceu em fevereiro. O edital, promovido com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, com apoio da União Europeia, recebeu, ao todo, 74 propostas, e o resultado foi divulgado em julho. Os projetos escolhidos de todos os lugares do Brasil participaram do III Seminário de Soluções Inovadoras e foram incluídos em uma publicação, além de receber mentoria qualificada com especialistas da ADE Sampa sobre planejamento estratégico, mapeamento de atores, indicadores de impacto, entre outros. A publicação, que está disponível em nossa Biblioteca Virtual, traz fotos e mais informações sobre cada uma das soluções selecionadas em 2021, divididas pelas categorias:



a.

Melhoria da saúde e educação básica;



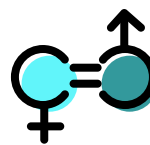
b.

Cidades sustentáveis, disponibilidade de recursos básicos e combate às mudanças climáticas;



c.

Segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável; e



d.

Contribuição para igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas.

Para encerrar o ciclo realizamos o painel [“Projetos de impacto e Agenda 2030: empreendedorismo e inovação como resposta aos desafios”](#), com mediação do ambientalista e presidente do IDS, Ricardo Young.

Para saber mais, acesse:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/solucoes-inovadoras-edital-busca-projetos-da-sociedade-civil-com-potencial-de-transformacao-e-impacto-socioambiental/>

<https://www.idsbrasil.org/noticias/conheca-as-10-solucoes-mais-inovadoras-de-2021-para-implementacao-da-agenda-2030-no-brasil/>

CONFIRA AS 10 SOLUÇÕES SELECIONADAS:

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE PARA O BEM VIVER

INSTITUTO MÃE TERRA

CENTRO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL

TETO BRASIL

COCRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

NÚCLEO DE AGROECOLOGIA DA UNB

ESCOLA ITINERANTE DE AGROECOLOGIA

CASA DO RIO

FÁBRICA SOCIAL

INSTITUTO ITI

FOSSAS SÉPTICAS ECOLÓGICAS

FUNDAÇÃO ODEBRECHT

MODELOS DE NEGÓCIO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS GERIDOS POR MULHERES

NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UNB

OBSERVATÓRIO DOS TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

FIOCRUZ

PROJETO MÉDICOS DE RUA

ASSOCIAÇÃO MÉDICOS DO MUNDO

SELO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO SELO SOCIAL

3.2 TAXONOMIA VERDE: QUEM DISSE QUE É ECONOMIA VERDE?

A taxonomia é um substantivo feminino para designar a ciência que se dedica à classificação ou categorização de algo. Para a Economia, a taxonomia verde é uma classificação das atividades econômicas que permite identificar quais atividades contribuem com impactos positivos para o meio ambiente e aquelas que oferecem riscos. O IDS, em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (iCS), realizaram por meio do portal Congresso em Foco, no dia 25 de outubro, o Seminário “Quem disse que é economia verde?”, para debater com parlamentares, representantes da sociedade civil e pesquisadores sobre a necessidade de uma regulamentação sobre taxonomia verde para o Brasil.

O Brasil possui vantagens comparativas e competitivas para a implementação de uma estratégia nacional de transição para uma economia verde e inclusiva. Nesse sentido, a regulamentação de uma taxonomia verde é um passo fundamental para o direcionamento de políticas públicas.

O IDS também está liderando a concepção de um documento que sintetize propostas e diretrizes para uma política de incentivos à Economia Verde no Brasil a partir do diálogo com organizações representativas ligadas ao tema como energia solar, veículos elétricos, turismo de natureza, bioeconomia e biotecnologia, reciclagem e economia circular, agroecologia e agricultura sustentável. Foram realizadas quatro reuniões e duas audiências do grupo com o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, o senador Jaques Wagner, e o coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Criação de Estímulos Econômicos para a Preservação do Meio Ambiente (Frente Parlamentar da Economia Verde), o deputado Arnaldo Jardim. Além disso, o IDS promoveu reuniões bilaterais com cada um dos setores citados para colher as propostas para o documento das diretrizes nacionais. O documento passará em breve por uma consulta ampla e será entregue aos coordenadores de campanha dos diferentes candidatos à Presidência da República em 2022.

Sobre a construção de uma proposta de taxonomia verde para uma política nacional de incentivos à economia verde, [publicamos artigo no portal Congresso em Foco](#) também.

Leia mais:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/taxonomia-a-economia-precisa-ser-verde/>



GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

No Brasil de hoje a concentração de poder e a distribuição injusta e ineficaz de suas riquezas não favorecem a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. O compromisso brasileiro com a Agenda 2030, com o Acordo de Paris e com a Nova Agenda Urbana exige vontade política de todos os atores sociais. Em um contexto de aumento da violência, tentativa de armamento da população, enfraquecimento das instituições públicas e crescente ameaça à liberdade de imprensa e opinião, aprimorar a governança política é uma salvaguarda da democracia. Para isso, a convergência em torno de um projeto de país sustentável e o fortalecimento dos poderes locais precisam ser pactuados. Este é o objetivo primordial dessa agenda.

4

4.1 “PACTO FEDERATIVO: MUNICÍPIOS PARA A AGENDA 2030” *PROPOSTAS PARA O APRIMORAMENTO DO FEDERALISMO BRASILEIRO*

A Agenda 2030 é um dos orientadores para todo planejamento estruturante de uma vida em sociedade. Mas como torná-la uma realidade, desde o micro até o macro contexto da administração pública? O novo federalismo é tema de uma iniciativa do IDS com o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA/USP), o ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, o Programa Cidades Sustentáveis e o Instituto Ethos, e teve início em 2019, com a série de debates **Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030**.

Em novembro de 2021 iniciamos o processo de checagem com especialistas da primeira versão da agenda de propostas para o novo federalismo no Brasil. A agenda contém 24 proposições com o objetivo de viabilizar o papel dos Municípios como agentes transformadores para o desenvolvimento sustentável, aprofundando a participação social no nível local e fortalecendo a cooperação interfederativa. As propostas estão organizadas em dois grandes grupos – “alterações em dinâmicas do federalismo” e “fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais” – e divididas em quatro eixos: (1) Cooperação interfederativa e desenvolvimento territorial; (2) Descentralização do poder e autonomia municipal; (3) Gestão Pública Orçamentária; e (4) Fortalecimento Institucional. As propostas serão lançadas publicamente em 2022.

Também participamos do evento realizado pela **Frente Parlamentar Mista pelos ODS e o GT da Agenda 2030**, em novembro de 2021, para debater a revisão do Pacto Federativo como caminho para a implementação dos ODS no Brasil.

Assista aqui:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/como-avancar-com-a-agenda-2030-no-brasil/>

4.2 AVANÇOS E RETROCESSOS DA AGENDA 2030 NO BRASIL: 5ª EDIÇÃO DO RELATÓRIO LUZ

Em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados foi lançada a quinta edição do Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030 no Brasil, que monitora o avanço das 169 metas dos 17 ODS no país, por meio de um amplo processo em rede coordenado pelo GT da Agenda 2030 para a coleta e análise de dados. Nos casos em que inexistem informações oficiais, foram utilizados estudos produzidos pela sociedade civil ou pesquisas acadêmicas catalogadas na biblioteca SciELO ou no Portal Capes, observados os critérios de série histórica e metodologia consolidada. Nesta quinta edição, o IDS colaborou com os capítulos dos ODS 6, 13 e 16.



Leia mais aqui:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/relatorio-aponta-retrocessos-em-politicas-publicas-do-brasil/>

FORMAÇÃO & ESPAÇOS DE ATIVISMO

A articulação de atores e setores diversos, por meio da participação ativa dos membros do IDS em redes, grupos da sociedade civil e espaços formais de formulação de políticas públicas, tem como objetivo não só contribuir por meio de propostas para temas de interesse público, mas também contribuir para a construção de uma cultura democrática que valoriza a cidadania e a ação política. Para aprofundar, no conceito e na prática, as relações entre democracia e sustentabilidade, o IDS se propõe a criar espaços de diálogo entre ativistas de diferentes gerações e promover atividades formativas, levando conhecimento e vivências das lideranças associadas e parceiras do IDS.

5

5.1 DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS NO CAMPO SOCIOAMBIENTAL

Em outubro, uma parceria entre IDS e Politize! inaugurou a iniciativa **Espaços de Ativismo**. Esse projeto nasceu do reconhecimento de que o balanço entre as gerações presentes e futuras é uma condição indispensável para a sustentabilidade e que o protagonismo das juventudes, evidenciado nessa iniciativa, é fundamental para manter acesa a chama do movimento socioambiental. Só com a construção intergeracional de um novo tecido social, capaz de trabalhar sobre uma nova plataforma de ação coletiva, será possível superar as desigualdades e as divergências que dividem a sociedade brasileira.

O primeiro debate contou com a presença de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente e associada-fundadora do IDS, e levantou o tema **Democracia e Sustentabilidade: desafios e diferenças do ativismo nos séculos XX e XXI** para responder, entre outras questões, o que pode ser feito para reduzir os impactos da crise climática, gerar uma adaptação rápida (mas não sem custos) e garantir que nossa sociedade tenha chances de continuar existindo nos próximos anos.

Também participaram do debate Regina Lucia dos Santos (coordenadora do Movimento Negro Unificado em São Paulo) e as lideranças jovens Luma Menezes (vereadora mais jovem da história de Alagoins - BA) e Gabriel Lepletier (LIVRES), ambos integrantes do programa Embaixadores Politize!

<https://www.idsbrasil.org/noticias/democracia-e-sustentabilidade-desafios-e-diferencas-do-ativismo-nos-seculos-xx-e-xxi>

DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE

26/10 19H

desafios e diferenças do ativismo das juventudes nos séculos XX e XXI

			
LUMA MENEZES Politize!	GABRIEL LEPLETIER LIVRES e Politize!	MARINA SILVA IDS Brasil	REGINA LUCIA SANTOS Mov. Negro Unificado

ESPAÇOS DE ATIVISMO
Uma série de debates que fortalecem a democracia!

REALIZAÇÃO:



RODA DE CONVERSA
30/11
19H
Horário de Brasília

ESPAÇOS DE ATIVISMO
Série de debates

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

COMO É POSSÍVEL CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL?

MEDIÇÃO **SINA CAROLINA AMARAL**
Paradeta ambiental na Folia da SP

FABIO FELDMANN
Deputado constituinte, chefe da delegação parlamentar brasileira no Rio-92

SUELY ARAÚJO
Assessora Parlamentar, prof. UFRB na pesquisa IBAMA, Observatório do Clima

HAMANGAI KARIRI SAPUYÁ
Índigena do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, estudante de medicina veterinária na UFRB e articuladora nacional do Engajamundo

CELINA PINAGÉ
Ativista socioambiental, engajada por justiça climática e pela proteção da floresta Amazônica

TRANSMISSÃO
YOUTUBE IDS
YOUTUBE ENGAJAMUNDO
YOUTUBE YCL

Instituto Democracia e Sustentabilidade ENGAJAMUNDO YCL

O segundo encontro teve como parceiros o Engajamundo e o Youth Climate Leaders – YCL, com o tema **Emergência climática: como é possível construir um futuro sustentável?** e contou com a participação das jovens mulheres lideranças indígenas Hamangai Kariri Sapuyá – indígena do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, estudante de medicina veterinária na UFRB e articuladora nacional do Engajamundo e Celina Pinagé – ativista socioambiental, engajada por justiça climática e pela proteção da floresta Amazônica. Elas conversaram com Suely Araújo, grande especialista do Observatório do Clima e ex-presidente do IBAMA e Fábio Feldmann – deputado constituinte, chefe da delegação parlamentar brasileira na Rio-92.

Vimos que as transformações sociais e políticas são movidas pelas novas gerações ao longo de toda história. Os debates realizados até aqui foram ricos em retratar o caminho da ação transformadora da juventude e eles continuam com novas rodas de conversa em 2022!

<https://www.idsbrasil.org/noticias/emergencia-climatica-como-e-possivel-construir-um-futuro-sustentavel/>

5.2 APOIO A REDES DE AÇÃO COLETIVA

Virada Sustentável

o ativismo pelo meio ambiente e sustentabilidade com ocupação dos espaços públicos é o que define a Virada Sustentável. Em 2021, com o tema #MinhaMensagem, o maior festival de sustentabilidade do país levantou mensagens importantes sobre este momento de construção coletiva para o futuro pós-pandemia.

O IDS marcou presença nesta ação e apresenta sua frase:

O MEIO AMBIENTE DEPENDE
DA DEMOCRACIA PARA EXISTIR.
E VICE-VERSA.

<https://www.idsbrasil.org/noticias/vai-comecar-a-virada-sustentavel-2021>

Campanha Mudar o Jogo

Em abril, o IDS, como membro cofacilitador do Grupo de Trabalho da Sociedade para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030), integrou a campanha Mudar o Jogo – Agenda 2030 para vencer a covid-19, em parceria com a Frente Parlamentar Mista pelos ODS e a Rede ODS Brasil. A campanha foi elaborada com elementos do jargão futebolístico para popularizar o tema e ampliar o conhecimento da sociedade e de gestores municipais sobre os ODS, contribuindo para enfrentar a pandemia e suas consequências, assim como enfrentar problemas socioeconômicos que levaram ao seu agravamento no Brasil.

<https://www.idsbrasil.org/noticias/campanha-para-divulgar-a-agenda-2030-e-enfrentar-a-covid-e-lancada-dia-23-de-abril>

Semana Global de Ação pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Essa é a Década da Ação: um chamado para impulsionar a ação coletiva e mobilizar atores-chave de todas as áreas para implementação da Agenda 2030. Na semana em que celebramos a criação dos ODS, também lembramos que 2021 é o ano que marca o início da contagem regressiva até 2030. O GT da Agenda 2030 criou uma programação especial para discutir os desafios e oportunidades no cenário atual e lançou a campanha Desenvolvimento Sustentável sob o Olhar das Juventudes. A campanha foi concebida por representantes – em sua maioria, jovens de organizações do GT Agenda 2030. O IDS colaborou com a concepção da campanha pensando, juntamente com as demais organizações, a linguagem, identidade visual e vídeos que pudessem contribuir para uma melhor comunicação com jovens, especialmente sobre o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

<https://www.idsbrasil.org/noticias/semana-global-de-acao-pelos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>



COMUNICAÇÃO PARA INCIDÊNCIA

CAMPANHA INSTITUCIONAL

#SerSustentávelÉ

Quando se pensa sustentabilidade, ainda vem à mente a imagem apenas do verde, da natureza e do meio ambiente. O IDS entende que sustentabilidade é muito mais do que isso, e então construímos a campanha institucional #SerSustentávelÉ para pautar os valores D+S a partir da diversidade de temas, pessoas, organizações e setores com que dialogamos. Foi a oportunidade de rever nossa identidade e colorir ainda mais as nossas bandeiras, afinal, ser sustentável é **SER INCLUSIVO, SER AMBIENTAL, SER DEMOCRÁTICO.**

A ideia surgiu do processo de aprendizado proporcionado pela Diálogo Brasil, com o objetivo de ir além da nossa audiência cativa, alcançando quem tem potencial de se engajar com o IDS mas ainda não conhece o nosso trabalho. Já alcançamos mais de **30.000 pessoas**, tivemos um acréscimo de **25% nas interações com os conteúdos** em **89,6% dos anúncios** e **122 compartilhamentos**.

A campanha continua em 2022 com duas ativações principais: um novo vídeo sobre quem somos e um guia preliminar para o debate eleitoral de 2022, apontando a direção da mudança real que queremos para o país. Assine nossa newsletter (Boletim D+S) e acompanhe nas nossas redes sociais:

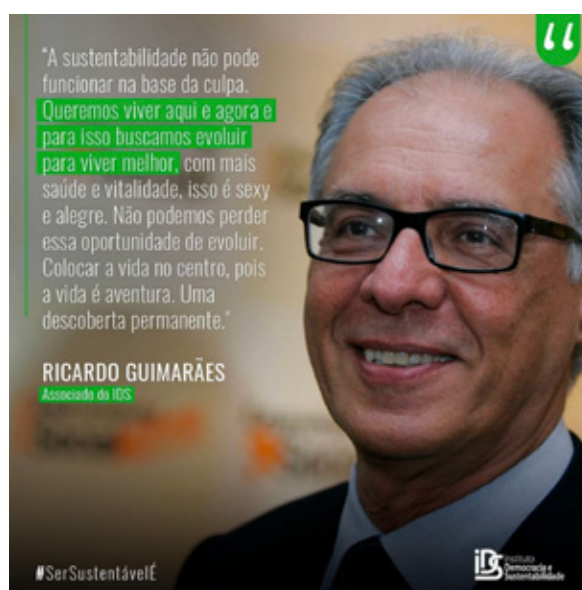
<https://www.idsbrasil.org/comunicacao>

f /IDSBrasil

📷 @ids_brasil

🐦 @ids_brasil

📺 /idsbrasilquequeremos



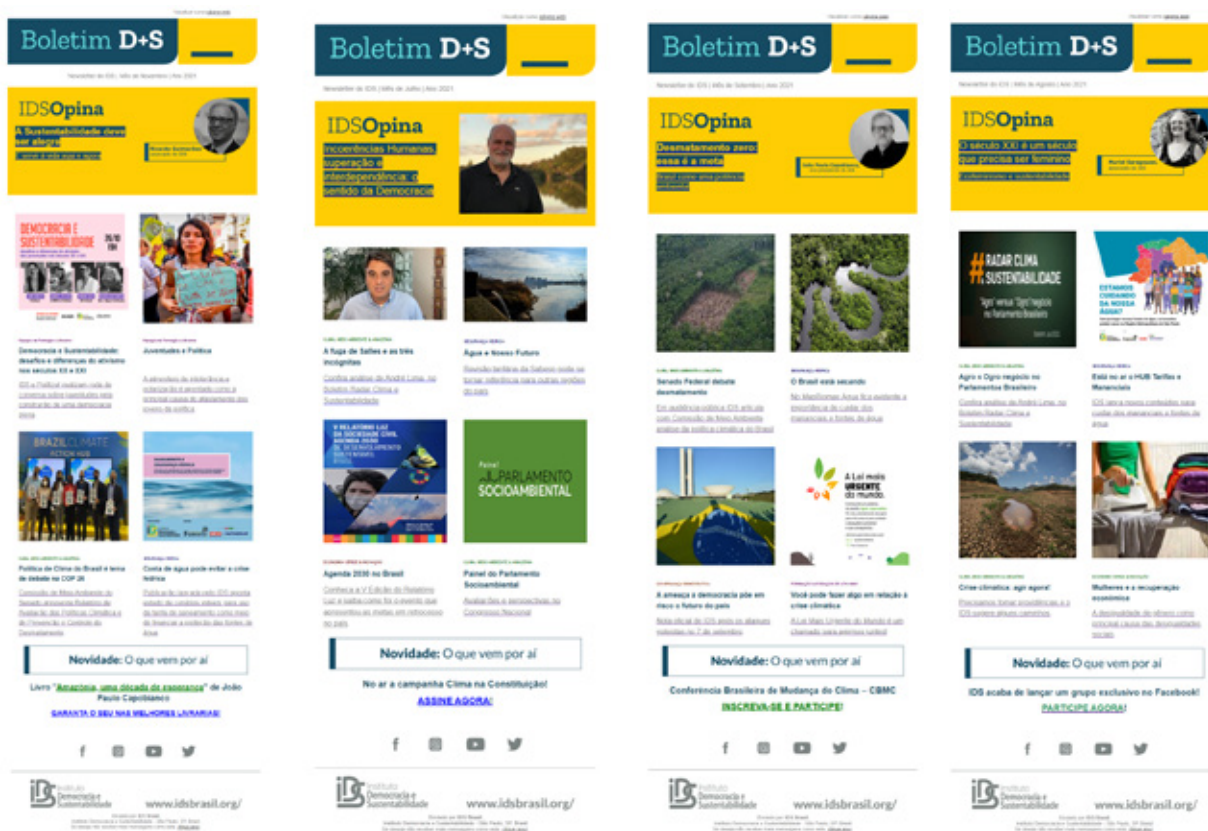
CANAIS INSTITUCIONAIS

Em julho de 2021 o IDS lançou seu novo site institucional IDSBrasil.org – se você ainda não viu, não perca tempo e acesse agora!



Contando a nossa história, do Movimento Brasil com S e a criação da Plataforma Brasil Democrático Sustentável, à organização das iniciativas do IDS em cinco agendas temáticas e a ação em rede, buscamos dar visibilidade às vozes e propostas que contribuem para pensar o desenvolvimento nacional. Criamos a série de entrevistas **IDS Opina** e produzimos notícias e boletins para manter nosso público atualizado sobre a agenda socioambiental no Brasil.

Foram 64 notícias redigidas em 2021. Também inauguramos o **Boletim D+S**, uma newsletter mensal com as entrevistas e as principais notícias em destaque, enviada via e-mail marketing a uma base de 2.380 e-mails de pessoas interessadas em ficar por dentro das ações do Instituto.



De julho a dezembro de 2021 foram **15.600 usuários** acessando os conteúdos do novo site. Nesse período, a origem do tráfego foi principalmente de **busca orgânica** – 40%, sendo via **rede social** – 17,06% e via **e-mail** – 2,4%.

O **Boletim D+S** é responsável por gerar cerca de 100 acessos ao site por mês, enquanto as **redes sociais** são responsáveis por uma média de 500 acessos por mês. Temos chegado a cada vez mais pessoas, que queremos manter próximas e engajadas nas ações do IDS.

Os **perfis de audiência** no geral que seguem os canais do IDS são da faixa etária de 45 a 64 anos (50%) e 35 a 44 anos (20%). A maioria são mulheres de 25 a 34 anos (54,5%) e homens de 35 a 44 anos (45%). É um público que se interessa por cultura, meio ambiente e finanças e se informa em 100% pela internet e por sites de notícias.

IDS OPINA

Foram seis entrevistas com associados do IDS, especialistas do campo, em 2021, que alcançaram cerca de 3.700 cliques nos meses de julho a dezembro.

Clique na imagem para acessar a entrevista.

IDSOpina | ENTREVISTA

Incoerências Humanas, superação e interdependência: o sentido da Democracia

Ricardo Young
presidente do IDS

ACESSO O SITE E CONFIRA!

IDSOpina | ENTREVISTA

O século XXI é um século que precisa ser feminino

Muriel Saragoussi
associada do IDS

LINK NA BIO!

IDSOpina | ENTREVISTA

Desmatamento zero: essa é a meta

João Paulo Capobianco
vice-presidente do IDS

ACESSO O SITE E CONFIRA!

IDSOpina | ENTREVISTA

O Brasil e o Clima: a solução não virá das mesmas pessoas que nos colocaram aqui

Adriana Ramos
associada do IDS

ACESSO O SITE E CONFIRA!

IDSOpina | ENTREVISTA

A Sustentabilidade deve ser alegre e servir à vida aqui e agora

Ricardo Guimarães
associado do IDS

ACESSO O SITE E CONFIRA!

IDSOpina | ENTREVISTA

Saneamento básico tem solução
Direito humano à água e esgotamento sanitário precisa ser visto como política pública e construído de baixo para cima

Marussia Whately
associada do IDS

ACESSO O SITE E CONFIRA!

IDS INDICA E AS REDES SOCIAIS

O IDS Indica é um quadro do Instituto que vai ao ar todas as sextas-feiras, sem exceção, em todas as redes sociais. O objetivo é encerrar a semana com um conteúdo mais leve, interessante e instigante para o nosso público, como indicações de filmes, podcasts, curtas, vídeos, tudo na esfera do campo socioambiental. Ao longo desses últimos sete meses foram 24 conteúdos publicados.



GRUPO D+S: CONECTANDO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE NO FACEBOOK

Os grupos do **Facebook** são formados por pessoas que se juntam em torno de uma causa, ideia ou tema. Estamos felizes em anunciar que agora temos também um grupo especial no Facebook, um canal fechado apenas para os seguidores da rede, que mais interagem e que querem conhecer, em primeira mão, nossos conteúdos, ações, iniciativas, projetos futuros em fase de testes e opinar sobre eles, entre outras novidades. Faça parte:

<https://www.idsbrasil.org/noticias/ids-lanca-grupo-para-fas-no-facebook/>



O total de pessoas alcançadas nas redes sociais no ano de 2021 foram:

TWITTER

411,4 K

INSTAGRAM

2,568 M

FACEBOOK

3,538 M

YOUTUBE

15,9 K

ARTIGOS INSTITUCIONAIS E OS INTENSOS ATAQUES CONTRA A DEMOCRACIA

Durante o ano de 2021 ficamos vigilantes às diversas ameaças à democracia brasileira e nos posicionamos em defesa do regime democrático. Condenamos qualquer tentativa de retrocesso e apoiamos que todos os setores da sociedade e as instituições de Estado se manifestem em defesa da Constituição Federal e dos Poderes da República, bem como o direito às eleições livres e diretas. Sem democracia não haverá sustentabilidade. Leia alguns de nossos artigos aqui:

Clique nos ícones para acessar as matérias



Um marco contra todos - diante do colapso climático, é importante reconhecer a contribuição proporcionada pelos povos indígenas para a sustentabilidade ambiental.



O IDS e caminhos para enfrentar a crise climática



Mulheres e Recuperação Econômica - um olhar para as desigualdades a partir das questões de gênero



Amazônia vai pautar as eleições em 2022 - desmatamento recorde e exigência mundial com a questão climática obrigam uma postura compromissada do próximo ocupante da cadeira da presidência do Brasil.



Juventudes e Política - a atmosfera de intolerância e polarização é apontada como a principal causa do afastamento dos jovens da política.



Declarações de ruptura constitucional do general Braga Netto são repudiadas por sociedade civil



A ameaça à democracia põe em risco o futuro do país - o 7 de setembro mais assustador que tivemos na história recente do Brasil. Com níveis de confiança nas instituições públicas baixíssimos, milhares de brasileiros lançaram sua sorte no dia de nossa Independência com o grito uníssono "Eu autorizo!".

BLOG MAIS DEMOCRACIA, MAIS SUSTENTABILIDADE (ESTADÃO)

O IDS e o jornal Estado de S. Paulo têm parceria na difusão de informações de qualidade para informar leitores. Alguns destaques de 2021 são:

Quem disse que é economia verde?

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/quem-disse-que-e-economia-verde>

Quando o “Agro” vai se diferenciar do “Ogro” negócio no Parlamento Brasileiro?

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/quando-o-agro-vai-se-diferenciar-do-ogronegocio-no-parlamento-brasileiro>

Dez medidas contra o desmatamento que só dependem do presidente

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/dez-medidas-contrao-desmatamento-que-so-dependem-do-presidente>

Acesse o nosso blog e leia mais:

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade>



MÍDIA E OPINIÃO

Em agosto o IDS contratou a plataforma de relacionamento com a imprensa Comunique-se, por onde enviamos comunicações acerca de nossos conteúdos para uma base atualizada de jornalistas segmentada por interesse/editorias e também por veículos e regiões.

Esse é um recurso importante para facilitar e automatizar a circulação de informações do Instituto com o público que possui interesse em pautas sobre sustentabilidade e as agendas temáticas em que atuamos. Ao todo foram **32 inserções nos principais veículos** de imprensa do país ao longo do ano. Destaque para artigos de opinião publicados no Le Monde Diplomatique, Nexo Jornal, no Estado de S. Paulo; entrevistas para jornais como Valor Econômico, Correio Braziliense, Diário do ABC, O DIA, site da CNN, Congresso em Foco, Agência Aupa de Jornalismo Investigativo Ambiental sobre temas como mudanças climáticas, política ambiental, desmatamento e crise hídrica; citação na coluna da jornalista Miriam Leitão de O GLOBO, entre outros.



Do chão da floresta à cúpula do clima

Um avião do Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal foi a Manaus em novembro buscar policiais para ajudar nas eleições no sul do Estado. O superintendente da PF, Alexandre Saraiva, perguntou ao piloto: "Na volta, tem como sobrevoar os rios Madeira e Mamuru para ver se tem balsa da madeira?" Um agente foi junto para fotografar e trouxe farto material. Assim começou a maior apreensão de madeira feita pela Polícia Federal. A ação foi comemorada em nota pela Secom do Planalto. Saraiva esteve no Conselho da Amazônia para explicar a operação e discutir o destino da madeira. A reviravolta ocorreu quando o mi-

nistro Ricardo Salles foi ao Amazonas e passou a defender os madeireiros. Na reunião de cúpula esta semana sobre clima, convocada pelo presidente Joe Biden, o presidente do Brasil vai mentir. Já há muita falsidade na carta enviada por Bolsonaro a Biden. A meta de zerar o desmatamento ilegal em 2030 é antiga, foi apresentada pelo Brasil em 2009, em Copenhague, e confirmada em Paris. No mesmo dia em que prometeu reduzir o desmatamento, o governo fez o oposto. A boiada de Salles é coisa que passa todo dia. Ele baixou, na quinta-feira, uma instrução normativa que constrange mais ainda a fiscalização ambiental. — A instrução normativa condiciona a validação das multas ambientais à concordância de uma autoridade "hierarquicamente superior". Já havia antes criado um conselho de conciliação para validar as multas — explica André Lima, coordenador do Instituto Democracia e Sustentabilidade. Tudo é complexo quando o assunto é Amazônia. Mas os fatos se juntam. Tanto a exoneração do superintendente Saraiva, quanto as recorrentes normas com as quais o governo Bolsonaro mina o edifício legal construído em governos anteriores, que havia feito do Brasil um exemplo de combate ao desmatamento. O delegado Saraiva, na sexta-feira, representou a notícia-crime contra o ministro Ricardo Salles no STF por "obstar ou dificultar a

ação fiscalizadora do Poder Público no trato das questões ambientais". A relatora será a ministra Cármen Lúcia. Ele havia tido dificuldade de incluir no sistema eletrônico, mas, mesmo após o anúncio de que seria exonerado, insistiu. Está convencido de que o que ele viu é crime. Edos grandes. O governo achava o mesmo. A nota da Secom, no dia 24 de dezembro, trazia a bandeira do Brasil ao lado da inscrição "O gigante verde" ilustrando a foto dos caminhões enfileirados na "Operação Handroanthus GLO". A carga, dizia a Secom, "representa mais de 6,2 mil caminhões lotados". E isso quando se achava que eram 131 mil m3 de madeira. Na verdade, foram mais de 200 mil m3. Salles diz agora que era tudo legal. — A madeira que estava nas balsas não correspondia à madeira descrita no Guia Florestal. Nem nos caminhões. Os documentos que os empresários apresentaram têm fortes indícios de fraude, apesar disso o ministro os defendeu — disse Saraiva. Esse é um fato. Há milhares de fatos estranhos na rede que sustenta o abate da floresta. Contra isso o Brasil aprovou leis e assumiu compromissos internacionais. Na gestão

Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente foi feito o PPCDAm, o mais bem estruturado plano de combate ao desmatamento. Era maio de 2005. Por causa dele o Brasil derrubou em 80% o desmatamento nos anos seguintes. Em 2009, para a COP-15, quando o ministro era Carlos Minc, foi anunciada a Lei Nacional de Mudanças do Clima. Assim nasceram as metas do Brasil. Elas não foram inventadas agora pela dupla queima-floresta Bolsonaro&Salles. — A carta de Bolsonaro a Biden é mais que triste, é dramática. Ele fala em proteger indígenas, e o governo é autor do projeto que legaliza mineração, exploração de madeira, agropecuária, gás, petróleo e usina elétrica em terra indígena. Ele entrou no PPCDAm mas pede dinheiro alegando que o Brasil reduziu o desmatamento. Caiu por causa do plano que ele desmontou — diz André Lima. O MapBiomass tem feito perguntas pela Lei de Acesso à Informação ao vice-presidente, general Hamilton Mourão, sobre os crimes ambientais. Fez 66. A resposta é sempre a mesma. A de que o Conselho da Amazônia é só o coordenador. "Sugere-se que seja realizada o pedido ao órgão competente". Mas o Ibama nem faz parte do Conselho. Esse ataque múltiplo contra a floresta é a verdade do Brasil. Verdade que não estará na fala de Bolsonaro aos líderes mundiais.

Políticas ambientais de Bolsonaro são ruins ou péssimas, diz pesquisa

Diego Chaves
De São Paulo

Deputados e senadores atuais e desativados votam em favor de políticas ambientais. Mas o governo Bolsonaro é avaliado como ruim ou péssimo em relação ao meio ambiente.

Entre as ações do atual presidente Jair Bolsonaro, a política ambiental é considerada uma das mais ruins ou péssimas. Isso segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) em parceria com o Observatório de Políticas Ambientais (OPA).

A pesquisa foi realizada entre 15 de maio e 18 de junho de 2021, com 1.000 entrevistados. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa online, realizada por meio de uma plataforma de pesquisas online.

Os dados mostram que 70% dos entrevistados consideram o atual governo Bolsonaro ruim ou péssimo em relação ao meio ambiente. Já 20% consideram o governo bom ou ótimo. Em relação ao futuro governo, 50% dos entrevistados acreditam que o futuro governo será melhor do que o atual, enquanto 50% acredita que será pior.

Ambiente no Parlamento

Como o ambiente votou nas últimas eleições?

Qual é o principal caso de desmatamento e queimada? E a regulamentação florestal deve avançar?



João Paulo Capobianco, vice-presidente do IDS. Ele cita um projeto que permitiu ao consumidor escolher que tipo de energia quer comprar, por exemplo, energia proveniente de fontes renováveis.

João Paulo Capobianco, vice-presidente do IDS, afirma que a política ambiental de Bolsonaro é ruim ou péssima. Ele cita um projeto que permitiu ao consumidor escolher que tipo de energia quer comprar, por exemplo, energia proveniente de fontes renováveis.

Capobianco também afirma que o atual governo não está fazendo um bom trabalho em relação ao meio ambiente. Ele cita o caso de desmatamento e queimadas, bem como a falta de regulamentação florestal.

Capobianco afirma que o futuro governo deve avançar na regulamentação florestal e na proteção do meio ambiente. Ele cita a necessidade de criar mais áreas protegidas e de melhorar a fiscalização ambiental.

Capobianco afirma que o futuro governo deve também avançar na educação ambiental e na conscientização da população sobre a importância do meio ambiente.

Capobianco afirma que o futuro governo deve também avançar na criação de empregos verdes e na promoção da sustentabilidade econômica.

Capobianco afirma que o futuro governo deve também avançar na cooperação internacional para enfrentar os desafios ambientais globais.

Em entrevista à CNN, o biólogo, ambientalista e vice-presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), João Paulo Capobianco, afirmou que a crise hídrica no Brasil se deve à mistura de fenômenos naturais, como o La Niña, com as mudanças climáticas.

RESULTADOS FINANCEIROS E TRANSPARÊNCIA



Quando não paramos de regar, as sementes geram frutos.

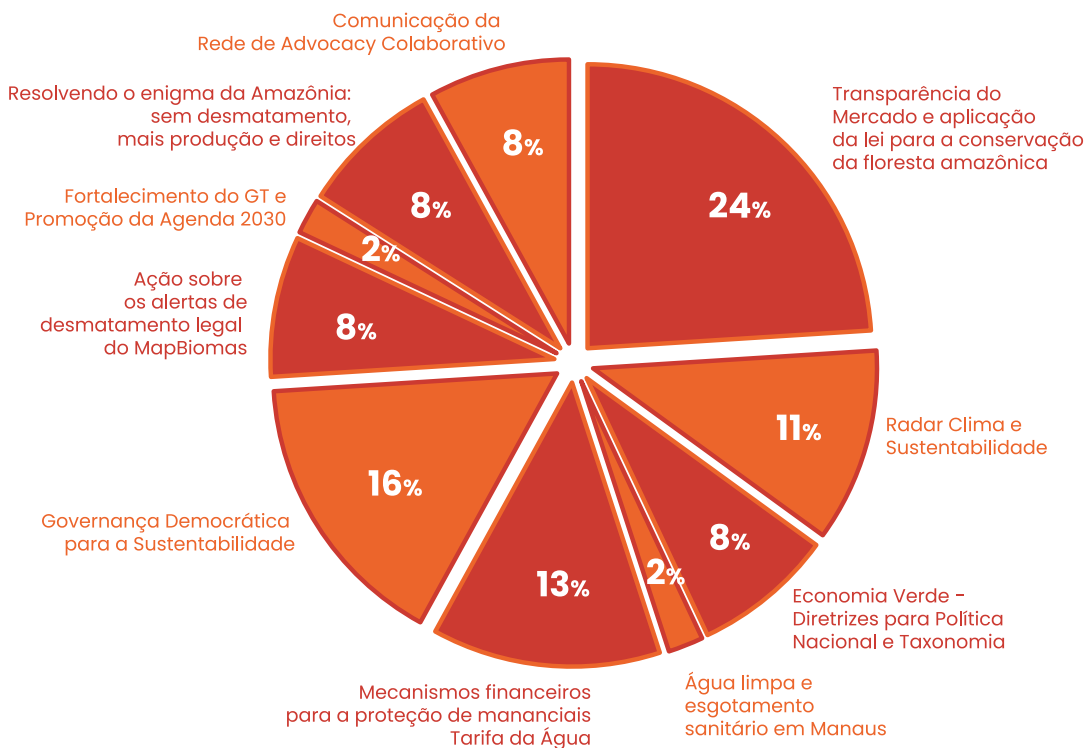
Os resultados financeiros de 2021 são um reflexo do empenho da equipe do IDS em alavancar novas iniciativas e somar esforços com parceiros para fomentar propostas e soluções transformadoras.

Foram 11 parceiros que viabilizaram as ações do IDS em 2021, a quem deixamos o nosso muito obrigado pela confiança depositada na organização: Instituto Clima e Sociedade (ICS), CLUA - Climate and Land Use Alliance, P4F - Partnership for Forests, Ford Foundation, Laudes Foundation, Galo da Manhã, NED - National Endowment for Democracy, União Europeia, IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e WWF-Brasil.

O crescimento expressivo do *hall* de apoiadores da organização de um lado atesta a capacidade de entrega e qualidade da intervenção nas diferentes frentes de trabalho do Instituto, e por outro impõe novos desafios para a sua gestão e a governança.

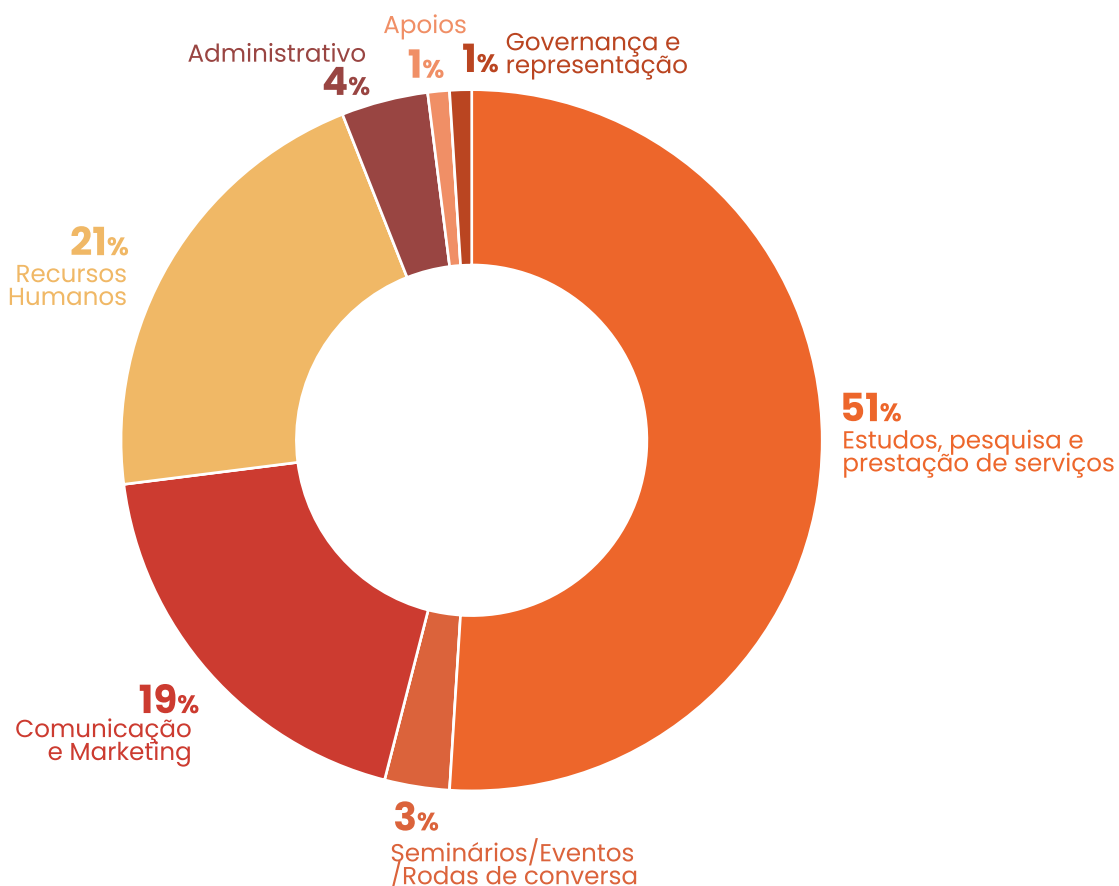
As receitas e despesas constantes nos gráficos refletem os resultados operacionais.

RECEITA POR PROJETO



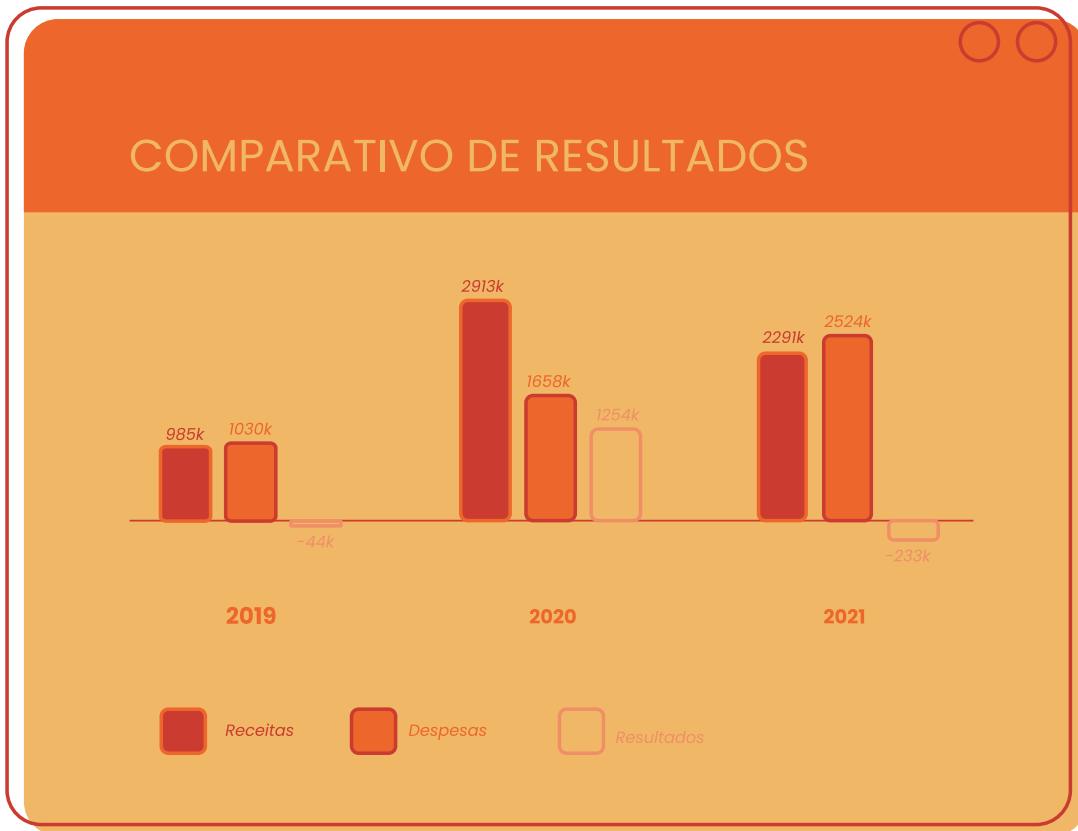
Foi assim que em 2021 o IDS abriu o novo posto de Coordenação de Finanças e Controles. Com a prioridade de zelar pela eficiência na utilização dos recursos e pela transparência da organização em todos os níveis, aprimoramos nossos processos de *due diligence* e criamos uma política de compras com critérios de integridade e sustentabilidade para escolha de novos fornecedores.

DESPESAS POR CENTRO DE CUSTOS



O empenho de despesas ao longo do ano foi maior do que as receitas recebidas, devido aos compromissos assumidos com parceiros ainda em 2020, quando recebemos os recursos que seriam realizados em 2021 e justificam o déficit no resultado deste último ano.

Os números demonstram o aumento progressivo da operação do IDS se comparado aos anos anteriores, sendo que o IDS manteve uma equipe enxuta, com a maior parte da alocação dos recursos dedicada às atividades-fim.



Os programas e projetos do IDS continuam, com importantes iniciativas do IDS em pleno desenvolvimento e a perspectiva de renovação das parcerias que se encerraram para o novo calendário de atividades de 2022, ano também decisivo para a consolidação da estrutura organizacional e a implementação de ferramentas adequadas de gestão, planejamento e monitoramento, que sustentem a atuação constante e intensa da equipe IDS no longo prazo.

Nota: Os balanços anuais auditados estão disponíveis no link (<https://www.idsbrasil.org/documentos-institucionais>).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2021**

Instituto Democracia e Sustentabilidade
ids@idsbrasil.org
+55 11 3071-0434
www.idsbrasil.org